



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA**

NATANAEL FÉLIX SILVA CARVALHO

BIBLIOTECA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL: poética da moradia

**João Pessoa
2022**

NATANAEL FÉLIX SILVA CARVALHO

BIBLIOTECA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL: poética da moradia

Artigo apresentado ao curso de Graduação em Biblioteconomia, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA, Departamento de Ciência da Informação – DCI, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como requisito para a obtenção do grau de bacharel.

Orientadora: Profa. Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

**João Pessoa
2022**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C331b Carvalho, Natanael Felix Silva.
Biblioteca e patrimônio histórico cultural: poética
da moradia / Natanael Felix Silva Carvalho. - João
Pessoa, 2022.
22 f.

Orientação: Bernardina Maria Juvenal Freire de
Oliveira.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Patrimônio histórico cultural. 2. Biblioteca. 3.
Residências antigas. I. Oliveira, Bernardina Maria
Juvenal Freire de. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 02

NATANAEL FÉLIX SILVA CARVALHO

BIBLIOTECA E PATRIMONIO HISTÓRICO CULTURAL: poética da moradia

Artigo apresentado ao curso de Graduação em Biblioteconomia, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA, Departamento de Ciência da Informação – DCI, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como requisito para a obtenção do grau de bacharel

Aprovado em: 09 / 12 /2022.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira
Orientadora (DCI/PPGCI/UFPB)

Profª Drª Geysa Flávia Câmara Lima do Nascimento
Examinadora (DCI/PPGAV/UFPB)



Ms. Juccia Nathielle do Nascimento Oliveira
Examinadora (PPGCI/CCA/UFPB)

BIBLIOTECA E PATRIMONIO HISTÓRICO CULTURAL: poética da moradia

RESUMO

O presente artigo busca entender o potencial informacional do patrimônio cultural residencial e suas peculiaridades, utilizando-se de uma comparação metafórica ao conceito de biblioteca. É de grande importância abordar a temática já que esta pode abrir novas portas para a atuação do bibliotecário junto ao patrimônio histórico, além de poder potencializar a preservação desses bens. Como objetivo primordial almeja expandir a visão de biblioteca e seus componentes. A pesquisa se configura como descritiva, de abordagem qualitativa e teve como metodologia uma análise de cunho teórico em relação a temática, trabalhando assim com conteúdos bibliográficos. A análise apontou que o patrimônio pode ser trabalhado através do bibliotecário, a partir de diferentes fontes informacionais e documentais presentes nas residências antigas – além da própria residência – e que as relações da residência com os seus objetos e com as pessoas do espaço são importantes para formular uma construção de memória no ambiente.

Palavras-chave: Patrimônio histórico cultural. Biblioteca. Residências antigas.

LIBRARY AND CULTURAL HISTORICAL HERITAGE: poetics of housing

ABSTRACT

This paper seeks to understand the informational potential of the residential cultural heritage and its peculiarities, using a metaphorical comparison to the concept of library. It is of great importance to address the topic since it can open new doors for the librarian's work with the historical heritage, besides being able to enhance the preservation of these assets. The main goal is to expand the view of the library and its components. The research is descriptive, with a qualitative approach, and its methodology was a theoretical analysis of the theme, working with bibliographic content. The analysis pointed out that the heritage can be worked through the librarian, based on different informational and documentary sources present in old houses - besides the residence itself - and that the relations of the residence with its objects and with the people in the space are important to formulate a construction of memory in the environment.

Keywords: Historical cultural heritage. Library. Old residences.

1 INTRODUÇÃO

O que é biblioteca? partamos dessa pergunta. Em uma definição dicionarizada a partir da etimologia da palavra significa uma caixa, um espaço armazenador de informação independente do suporte. Isso se nos ativermos ao percurso histórico referente a esses espaços. Nesse sentido, podemos dizer que é um espaço em que se armazena e dissemina documentos em diferentes tipos e suportes materiais carregados de sentido com potenciais informacionais,

culturais e memoriais. Nessa esteira de raciocínio, observa-se o que Frohmann (2009) denomina de documentalidade, a partir da concepção de Suzanne Briet, adotando o exemplo do antílope – que expõe que todo e qualquer item (como animais e objetos) são passíveis de catalogação – como método de explicação, além de aproximar-se do pensamento de Buckland (1997) sobre documento.

Mas, o que pode ser considerado um documento? podemos dizer que são suportes que armazenam conteúdos informacionais. Mas podemos ir além, pois essa visão a respeito de suporte informacional pode ser expandida segundo a concepção de documento defendida por Buckland (1991; 1997). Nesse caso, poderíamos inferir que uma edificação residencial, pode ser documento com significativo potencial informacional, sobretudo quando estas passam de gerações em gerações. Nestes espaços residenciais memórias são criadas, armazenadas silenciadas e apagadas. Uma residência tem algo a dizer, e pode ser, metaforicamente, visualizada como um espaço armazenador de informações e memórias em constante construção, ou seja, um caixa em que se pode armazenar vários livros. É a partir dessa concepção que enxergamos a edificação residencial enquanto patrimônio com potencial informacional.

A ideia como proposta de estudos para um estudante em Biblioteconomia, surge, inicialmente, ao observar cotidianamente tantos casarões – outrora imponentes – reduzidos ao estado de silenciamento de sua memória, em razão da considerável degradação física a que são submetidos uma vez que eles contam parte da história primordial da cidade, sendo construídos pelos seus antigos moradores. Essa preocupação nos levou a pensar as relações entre a formação do profissional bibliotecário e o patrimônio cultural, categoria na qual se insere o patrimônio arquitetônico assim como, o patrimônio bibliográfico e documental. Preocupação também refletida pelo Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) que em 2021 demonstrou a preocupação com a preservação do patrimônio bibliográfico e documental¹. Nessa concepção, a dita observação também pode ser estendida ao próprio patrimônio cultural, pois são fragmentos documentais de uma época, em um suporte diferente do papel.

Essa perspectiva nos impulsiona a tentar compreender o patrimônio cultural arquitetônico, relíquias do passado, seus silêncios e suas vozes, uma espécie de lugar de memória, cujos livros precisam ser lidos e suas histórias narradas, olhá-los a partir de suas

¹ A esse respeito consultar a Revista Boletim da Biblioteconomia, publicada pelo Conselho Federal de Biblioteconomia e Conselhos regionais de Biblioteconomia, n. 78, no ano de 2021. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/1385/1/Informativo_CFB_78_outubro.pdf. Acesso em: 15 de dez. 2022.

narrativas, de suas páginas constitutivas ainda que de pedra e cal, exercício que os colocará enquanto espaços armazenadores de múltiplas vozes, memórias e histórias. Diante dessa compreensão entendemos que as casas residenciais estão carregadas por uma potencialidade informacional, sobretudo ao considerarmos sua documentalidade. Nesse sentido busca-se entender o potencial informacional desse patrimônio cultural residencial e suas peculiaridades, comparando-a metaforicamente ao conceito de biblioteca, um espaço aglomerador de múltiplas vozes, capazes de disseminar informações que se situam no tempo e espaço.

Perceber o patrimônio cultural arquitetônico sob esse enfoque de sua documentalidade é possibilitar ampliar a própria concepção de biblioteca. De modo que objetivamos compreender o patrimônio cultural arquitetônico residencial e sua documentalidade, assim como suas possibilidades metafóricas. Para tanto, tomamos como arcabouço metodológico a perspectiva qualitativa do tipo descritiva e bibliográfica, constituindo-se em uma revisão de literatura com viés hermenêutico² interpretativo.

2 POÉTICA DA BIBLIOTECA

Ao falar sobre “poética da biblioteca”, muitas questões podem surgir à mente, desde o que se refere tal enunciado, o modo como será descrito ou a que direção este nos levará. De fato, pode-se dissertar poeticamente de diversos modos sobre um espaço com tantas nuances e expressões, tal qual as diferentes culturas que interferem no seu estilo arquitetônico, o acervo que pode compô-las, seus usuários, sua originalidade e a imensa lista de atributos que podemos adicioná-la. É pensando nessas diferentes visões que assentamos nossas inferências neste trabalho em três diferentes perspectivas sobre as bibliotecas. Inicialmente, a compreensão de biblioteca como um espaço, ou seja, o espaço físico e suas especificidades e desenvolvimento; em segundo, aliar o espaço armazenador de informações à cultura e em terceiro, a biblioteca como espaço memorial, visto que desde os primórdios é, em grande parte, a que mais preserva a memória mundial, através dos mais diversos mecanismos.

2.1 A biblioteca como espaço

Para iniciar nossa viagem, vamos tratar antes de qualquer coisa, sobre a etimologia do que é, de fato, uma biblioteca. A palavra “biblioteca” surge na grécia, como um modo de se identificar um ambiente onde os livros – no caso do dito país, o papiro e o pergaminho –

² Representa a atividade de se interpretar e explicar textos escritos.

pudessem ser protegidos. Ao destrincharmos a palavra temos o termo “*biblion*” que remete ao livro e “*theke*”, que simboliza depósito (CUNHA, 2012). Dessa forma, na sua etimologia original a biblioteca remetia a um depósito de livros, um ambiente de guarda e proteção dos manuscritos e documentos de um modo geral.

A importância e protagonismo desse espaço são evidenciados através da literatura em diversas obras, como no livro “o nome da rosa” de Umberto Eco. A história se passa em 1327, em um mosteiro franciscano medieval e gira em torno de várias mortes misteriosas que acontecem, quando o frei Guilherme de Baskerville, é mandado para o local para investigar suspeitas de heresia. Ao longo da história o frei passa a investigar pistas sobre os estranhos acontecimentos e percebe que o mosteiro tem muitos segredos. Então somos apresentados, ao longo do texto, à biblioteca do mosteiro. Esta, no momento de clímax da obra, é exposta como um verdadeiro labirinto, com muitas alas ocultas, que guardavam os mais diversos livros, inclusive os que eram proibidos pela igreja.

O autor demonstra como era o espaço oculto através do olhar do protagonista na seguinte passagem:

Encontramo-nos na soleira de uma sala igual, na forma, às outras três salas cegas heptagonais, em que dominava um forte cheiro de fechado e de livros macerados pela umidade. O lume que eu mantinha alto iluminou primeiro a abóbada, depois movi o braço para baixo, à direita e à esquerda, e a chama adejou vagos clarões sobre os armários distantes, ao longo das paredes. (ECO, 2016, p. 491).

Desse modo, conseguimos compreender que a biblioteca, apesar de oculta, era muito maior do que o visível. O espaço onde fica a mesma é protagonista ao longo de todo o livro, com os acontecimentos girando em torno dela. Nessa perspectiva que o livro passa, a biblioteca era um local apenas para guarda de manuscritos, sendo o acesso restrito quase que estritamente ao bibliotecário. A arquitetura do local também reflete essa visão mais voltada à guarda do que ao acesso.

Hoje em dia a visão sobre o espaço da biblioteca se expandiu e faz jus aos tempos atuais, pautado por uma sociedade de informação ou pós-moderna ³. Temos o caso, por exemplo, das bibliotecas digitais, repositórios, etc, que não tem um espaço físico, mas tem sim um ambiente virtual, e o próprio espaço físico tem nuances das mais diversas como as bibliotecas em

³ Zygmunt Bauman (1998) faz uma análise bastante reflexiva sobre a temática no livro “O mal estar da pós-modernidade”, onde ele aborda diversas questões que participam do nosso cotidiano atualmente, como o aumento no desenvolvimento das tecnologias, e as transformações sociais, culturais e econômicas que vem ocorrendo.

geladeira e itinerantes (em carros e outros veículos). É para esses locais que as atividades bibliotecárias tem se voltado cada vez mais.

2.2 Biblioteca como cultura

Historicamente a visão cultural está presente desde os primórdios da Biblioteca ainda na idade antiga. A esse respeito afirma Barbier (2008, p. 42) ao referir-se a Biblioteca de Alexandria enquanto conservatório da cultura na antiguidade:

Assegurar a conservação dos textos, facilitar o trabalho intelectual, mas também, provavelmente, promover a cultura grega num mundo onde convivem doravante várias civilizações, recolher as tradições estrangeiras e, em resumo, contribuir para a glória do soberano lágida.

Por outro lado, observa-se que ainda as mudanças paradigmáticas pelas quais passaram as bibliotecas, dentre estas a sua inserção ou melhor, absorção das práticas culturais pelas bibliotecas, sobretudo na década de 80, como afirma Flusser (1980, p. 137):]

A biblioteca ação cultural não é implantada, mas surge de um processo de emergência cultural. Vindo de dentro, ela não corre o risco de ser rejeitada pois ela responderá às reais aspirações de sua comunidade. Não será mais uma biblioteca para a comunidade, mas uma biblioteca da comunidade.

Essa vinculação cultural da biblioteca versus cultura parece estar ligada à concepção de usuário que passou a ser o seu principal foco. Devido a isso foram pensadas muitas táticas para atrair estes usuários ao ambiente das bibliotecas, como exposições artísticas, conversas com autores e obras de diferentes temas para acesso dos usuários, até a possibilidade de convivência entre públicos dos mais variados tipos, ou seja, estratégias de mediação cultural, que na visão de Lamizet (1998, p. 9):

A mediação representa o imperativo social essencial da dialética entre o singular e o coletivo, e da sua representação em formas simbólicas [...] É o sentido da mediação que constitui as formas culturais de pertença e de sociabilidade dando-lhes uma linguagem e dando-lhes as formas e os usos pelos quais os atores da sociabilidade apropriam-se dos objetos constitutivos da cultura que funda simbolicamente as estruturas políticas e institucionais do contrato social.

Mas, será que essas características são realmente algo recente ou uma redescoberta? É sobre isso que vamos tratar agora, partindo de duas das mais importantes bibliotecas da história: Alexandria e Pérgamo.

A primeira delas, tendo sido erguida às margens do rio Nilo, foi fundada por Alexandre Magno, por volta de 331 a.C.. Com o tempo Alexandria passou a ter grande destaque, principalmente por sua localização que favorecia exportação de produtos da cidade através da

rota marítima do Mediterrâneo. Foi lá também que ocorreu uma importante mudança de suporte para os escritos, que para a época foi revolucionário: das tabuletas de argila, passamos aos rolos de papiro.

Uma cidade com construções tão imponentes, como o farol de Alexandria, precisava de um espaço à altura das coleções com esse tipo de suporte. Para tal, foi então pensado e desenvolvido um *espaço* que pudesse abrigar tais conteúdos, cuja mesma é conhecida hoje como a biblioteca de Alexandria. A estrutura da biblioteca, de acordo com Battles (2003) se evidenciava através de colunatas que circundavam as estantes e eram abertas, deixando o acervo exposto à brisa. Estudiosos podiam estudar na própria biblioteca, pois as colunatas criavam corredores cobertos, favorecendo a circulação de pensadores nesta.

A biblioteca se propunha a ter um acervo altamente variado, pegando um exemplar de cada papiro que entrasse na cidade, objetivando assim atrair a atenção mundial da época. Isso evidencia-se na seguinte citação:

Demétrio havia sido o plenipotenciário da biblioteca. Por vezes o rei passava os rolos em revista, como manípulos de soldados. “Quantos rolos temos?”, perguntava. E Demócrito o atualizava sobre os números. Tinham-se proposto um objetivo, haviam feito cálculos. Havia estabelecido que, para recolher em Alexandria “os livros de todos os povos da terra”, seria necessário um total de 500 mil rolos. Ptolomeu elaborou uma carta “a todos os governantes da terra”, na qual pedia que “não existassem em lhe enviar” as obras de todos os gêneros de autores: “poetas e prosadores, retóricos e sofistas, médicos e advinhos, historiadores e todos os outros mais”. (CANFORA, 1989, p. 24).

Desse modo a cidade passou a ficar grandemente conhecida por sua imponente biblioteca, atraindo pensadores de diferentes lugares, assim se tornando um espaço altamente requisitado, culturalmente falando, para a época.

Na mesma época em que a biblioteca de Alexandria existiu, havia uma outra com a qual Alexandria possuía grande rivalidade e é conhecida hoje como a biblioteca de Pérgamo. Seu surgimento se deu por volta do século II a.C. e suas ruínas ficam na região de Anatólia, atual Turquia. Seu poder e influência foi semelhante ao da biblioteca de Alexandria, apesar de possuir um acervo menor, com cerca de 200.000 obras, como indica Campbell e Pryce (2016).

O perfil dos estudiosos de Pérgamo também era muito distinto dos de Alexandria, o que acabava por acirrar ainda mais os problemas entre as duas bibliotecas, ambas tentando ser o maior polo cultural e detentora de todo o conhecimento da época. Canfora (1989, p.49) demonstra a direção em que se desenvolviam tais pensamentos dos estudiosos de Pérgamo:

Influenciados pelo pensamento estóico, os eruditos de Pérgamo colocavam perguntas aos seus textos antigos – e desenvoltamente davam respostas – de arrepiar os cabelos dos eruditos de Alexandria. Com sua teoria da anomalia,

os pergaminenses deixavam no texto qualquer esquisitice. [...] Enquanto os alexandrinos, estudando o léxico e fazendo cuidadosos cotejos, haviam penosamente chegado a conclusões que julgavam irrefutáveis [...]. (CANFORA, 1989, p.49).

Através dessas duas bibliotecas da antiguidade conseguimos perceber como cada uma a seu modo se tornou um centro cultural, atraindo pessoas dos mais diferentes lugares do mundo antigo e já naquela época promovendo grande integração entre os diferentes pensamentos e culturas da época. A Grécia por si só é o berço do pensamento filosófico nos dando importantes autores como Sócrates, Platão e Aristóteles. Isso demonstra também a importância das bibliotecas abarcarem as práticas culturais em suas atividades, como desenvolvimento de feiras de ciência, conversas com autores, etc.

2.3 Biblioteca como espaço memorial

Ao longo da história, a biblioteca foi uma grande preservadora do conhecimento escrito, começando nas tabuinhas de argila na região da Mesopotâmia, quase 5.000 anos atrás, e participando de um modo ativo no surgimento do papiro, pergaminho e posteriormente o papel. Foi também nas bibliotecas do passado que se preservaram escritos dos mais importantes, como a primeira versão da bíblia impressa por Gutemberg, escritos de autores clássicos renomados, etc.

Apesar de já termos indícios da presença da memória nas bibliotecas, realizamos um percurso mais literário sobre como podemos ver a memória em bibliotecas, ancorados na obra “A guardiã de histórias” da autora Victória Schwab.

O livro conta a história de uma biblioteca, mas não uma biblioteca comum. O enredo se desenrola a partir do olhar da protagonista, Mackenzie Bishop, que após a morte de seu avô, é convocada a assumir o lugar dele no posto de guardiã dessa biblioteca. O conteúdo desta? Memórias de pessoas falecidas que repousam nas prateleiras, assemelhando-se aos livros. Cada uma dessas pessoas tem uma história para contar, memórias de toda a sua vivência, de seus sentimentos, etc. O objetivo primordial da protetora Mackenzie é impedir que histórias violentas ganhem vida e saiam da biblioteca. Com essa premissa somos apresentados às tramas.

A personagem descreve três ambientes distintos: O exterior, que é tudo o que vemos e vivemos, o nosso mundo normal; os estreitos, que são algo como o limbo entre a biblioteca e o mundo natural, lugares de escuridão onde as memórias muitas vezes escapam e causam situações de medo; e o terceiro local, a própria biblioteca de lembranças, que nas palavras da personagem seria “uma biblioteca dos mortos, vasta e acolhedora, madeira, pedra e vidro colorido e, por todo o lugar, uma sensação de paz” (SCHWAB, 2016, p. 12).

Contemplando esta biblioteca, conseguimos compreender rapidamente o peso da unidade para a história de um modo geral, sendo ela a detentora de todas as memórias de pessoas que já se foram e ficando responsável por sua guarda e preservação. Se observarmos bem, os objetivos desta biblioteca condizem também com os objetivos de bibliotecas físicas e reais, uma vez que é também de responsabilidade das bibliotecas a preservação de sua memória, regional e nacional.

E em um certo nível as bibliotecas preservam memórias de pessoas que já morreram, através de seus registros escritos, e objetos dos mais variados tipos passíveis de serem catalogados (a depender do tipo de biblioteca), como por exemplo, obras de muitos séculos atrás que permanecem vivas ainda hoje graças ao processamento técnico feito pelos bibliotecários e arquivistas, como restauro e guarda dentro das bibliotecas. Trazendo para a realidade brasileira conseguimos perceber isso ao nos voltarmos para a nossa biblioteca nacional.

A Biblioteca Nacional do Brasil é uma importante referência na preservação da memória nacional, sendo considerada pela UNESCO uma das dez maiores bibliotecas do mundo. O desenvolvimento dela em terras brasileiras se deu com a vinda da família Real para o Brasil em 1808. Porém a vinda do acervo se deu gradativamente, entre os anos de 1810 e 1811. De acordo com Milanesi (1983, p. 29) a biblioteca “Foi instalada, inicialmente, no Hospital da Ordem terceira do Carmo e inaugurada em 1811. Três anos depois, com 60 mil volumes, foi aberta ao público”. Como podemos perceber, o acervo naquela época era ainda modesto se comparado a coleção monumental que possui hoje em dia.

Apesar de menor do que atualmente, o acervo era rico em variedades como nos indica Andrade (2019, p. 21):

A Real Biblioteca possuía não só um rico acervo de livros e manuscritos, que cobriam diferentes áreas do conhecimento – desde a religião, passando pelos clássicos, e chegando aos historiadores portugueses – como coleções preciosas de iconografia, compostas de estampas de escolas européias. Possuía em seu acervo [...] obras raras, documentos selecionados, códices, incunábulos, gravuras, partituras e mapas. [...] A coleção possuía também retratos. Dela faziam partes obras impressas com ilustrações gravadas a água-forte ou buril. Tinha ainda mapas, vistas e plantas de fortalezas que registravam feitos da história de Portugal, África e Oceania.

Essas obras são o que formou o acervo base da Biblioteca Nacional. Podemos concluir que grande parte desses materiais que vieram incluíam-se de diversas épocas e séculos da história portuguesa e europeia, e posteriormente acrescentando-se também a história do Brasil, pois até hoje, de qualquer obra publicada ou traduzida no país, precisa ser depositado um

exemplar para o acervo da biblioteca. Assim, retomando o contexto que o livro “a guardiã de histórias” nos remete, o de preservar a memória de pessoas que já partiram, a biblioteca nacional, e as bibliotecas nacionais mundiais, também preservam essa memória e esses registros, só que de modo escrito e por meio de outros objetos. Assim, a biblioteca é, também, memória.

3 PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL: TRAÇOS CONCEITUAIS E TEÓRICOS

Patrimônio, uma simples palavra que carrega um enorme significado. Para pessoas de um modo geral pode ser o patrimônio de alguém, ou seja, os bens materiais deixados como herança perpetuada por este, ou podem entender o patrimônio apenas como os grandes monumentos históricos, como as pirâmides de Gizé no Egito, ou as ruínas de determinada civilização. De fato, ambos os tipos de patrimônio existem e tem seu significado consolidado. Porém quando se é aprofundado no assunto, percebemos a vastidão que o termo abarca, como as manifestações culturais de diferentes locais do mundo, textos e livros antigos de diferentes épocas e também residências antigas, que denotam a expressão de determinado período temporal através de sua arquitetura.

Para compreender bem a noção de patrimônio é preciso resgatar um pouco de seu passado e desenvolvimento. De acordo com Choay (1999) em sua origem, a palavra patrimônio se referia aos bens familiares, econômicos e jurídicos de uma determinada sociedade. Ainda na perspectiva da autora, surgiu também a questão histórica, que foi abarcada dentro do termo patrimônio, ou seja, objetos que evoquem a sensação de pertencimento como “obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos.” (CHOAY, 1999, p. 11).

Nessa perspectiva, a questão do patrimônio é expandida e passam a existir 3 grandes grupos diferentes de patrimônio, que são: o grupo 1, que engloba os elementos referentes à natureza; o grupo 2 referindo-se aos conhecimentos e saberes passados geração a geração; e o grupo 3 são os chamados de bens culturais materiais.

A esse respeito Lemos (1981) traz boas definições sobre a que se refere cada grupo, demonstrando primeiramente que os elementos relacionados à natureza são os que formam os recursos naturais e paisagísticos como os rios, que fornecem a comida de determinada

civilização, as serras que condicionaram sociedades sertanejas, e até mesmo o clima de determinada localidade e que influenciaram no desenvolvimento humano dessa área. Os segundos elementos se referem a técnicas, saberes e ao saber fazer, ou seja, são os bens intangíveis do patrimônio cultural, como por exemplo, métodos de caça, formas de se fazer determinadas comidas e preparos alimentícios, além de itens artesanais de um determinado local. O terceiro e último, que segundo o autor é o mais importante de todos, inclui bens dos mais variados tipos, como objetos, artefatos e construções das mais variadas épocas.

Partindo da noção exposta podemos ainda subdividir os três grandes grupos em dois, que são o patrimônio cultural tangível e o patrimônio cultural intangível. Ambos se diferenciam em um aspecto principal, como indica Freitas (2016) que os bens tangíveis são tudo aquilo que se refere ao meio físico, ou seja, as grandes construções monumentais, sítios, centros urbanos, etc, e o intangível é o grupo que se refere aos conhecimentos e técnicas, modos de se fazer coisas etc, se referindo primordialmente ao meio abstrato.

No contexto dos bens tangíveis temos a questão do monumental, ou seja, a musealização e historicização em massa de bens históricos e monumentos de diferentes épocas, aos quais Huyssen (2000) tece uma crítica, utilizando-se como exemplo, de memoriais construídos em respeito às memórias das vítimas do genocídio histórico do holocausto. Segundo o autor, esse desejo pelo monumental passa também por uma questão de interesses no lucro dessa memória de massa, ele afirma que “o passado está vendendo mais do que o futuro” (p. 23-24). Ainda segundo o autor, quanto mais monumentos existem, maior é a chance de haver o esquecimento, através da banalização de eventos históricos.

[...] Quanto mais nos pedem para lembrar, no rastro da explosão da informação e da comercialização da memória, mais nos sentimos no perigo do esquecimento e mais forte é a necessidade de esquecer. [...] nós tentamos combater este medo e o perigo do esquecimento com estratégias de sobrevivência de rememoração pública e privada. O enfoque sobre a memória é energizado subliminarmente pelo desejo de nos ancorar em um mundo caracterizado por uma crescente instabilidade do tempo e pelo fraturamento do espaço vivido. [...] Porque esta obsessão pela memória e pelo passado e por que este medo do esquecimento? Por que estamos construindo museus como se não houvesse mais amanhã? (HUYSSSEN, 2000, p. 20).

A perspectiva do autor têm críticas válidas no que se refere aos interesses intrinsecamente relacionadas ao lucro, quando não se visa realmente transmitir a mensagem que tal ou qual monumento ou evento histórico quer passar, tendo perdido sentido pela falta de um olhar mais humanizado. Porém, precisa-se ser falado também que não é todo evento e monumento histórico que tem seu significado deturpado, e discordo do autor na perspectiva da sua crítica aos bens históricos, quando este cita a preocupação com as estratégias de

sobrevivência e rememoração pública como um medo irracional do esquecimento. A perspectiva que sigo é que, é necessário que se conheça e se lembre o passado para que fatos historicamente traumáticos não sejam repetidos e no que se refere aos bens históricos, para que as épocas ao longo do tempo não caiam na invisibilidade e possamos entender o nosso próprio desenvolvimento humano.

Um dos termos que, a depender do contexto, pode acompanhar o conceito dos bens culturais, são os artefatos. De um modo geral podemos imaginar os artefatos apenas como objetos históricos que respondem a diversas épocas e fatos. Não é uma noção de fato errada, porém, como indica Lemos (1981), temos que compreendê-lo no seu contexto em relação meio, em relação ao homem, e do homem com a natureza. O autor cita como exemplo obras expostas em ecomuseus, que demonstram um artefato que foi extraído do seu contexto original, mas ao ser adicionado às coleções museológicas, tiveram seu ambiente recriado, para que assim, em uma interação com o homem, não perca o seu significado.

Nessa perspectiva, Lemos (1981) demonstra que o artefato pode ser dividido em duas vertentes: segundo a sua utilidade imediata ou segundo a sua durabilidade. No caso de sua utilidade imediata podemos citar como exemplo comidas de uma determinada região, que leva em conta o desenvolvimento cultural da localidade, como por exemplo a pamonha, cangica e munguzá, que tem grande predomínio regional no nordeste brasileiro e uma maior presença durante os eventos de festa junina, culturalmente desenvolvido na região.

No que se refere aos artefatos segundo sua durabilidade, são em geral materiais que possuem usos prolongados como pontas de lança da idade da pedra, potes em cerâmica, estátuas, porcelanas, como também o ex-votos, que são itens construídos em madeira e predominam na região nordeste do Brasil. Além dessa classificação, Lemos (1981) expõe a noção de artefatos, também como ambientes construídos. Ele cita como exemplo inicial as basílicas romanas, que tiveram seu significado alterado ao longo do tempo, saindo da laicidade e aproveitadas pelo cristianismo no desenvolvimento da religião na Europa. O autor traz uma visão bastante interessante sobre como esse contexto se aplica a residências históricas:

É sumamente interessante acompanhar as adaptações que ocorrem ao longo do tempo numa velha residência urbana qualquer. Com o progresso e as novas facilidades a sua “casinha” do quintal, que abrigava a latrina sobre a fossa negra, foi substituída pelo banheiro completo feito num puxado anexo à cozinha velha que, por sua vez, teve seu fogão a lenha substituído pelo aquecido a gás, e cada família sucessiva que nela habita vai deixando sua marca nos agenciamentos internos; mas chega um tempo em que a construção realmente não pode mais oferecer o conforto exigido pelas novas concepções de bem morar de uma determinada classe social e, então, vemos a construção perder sua compostura antiga, sendo fracionada em habitáculos

multifamiliares; e de degradação em degradação chega ao seu dia de demolição para dar lugar a edifício concebido dentro das novas regras do conforto ambiental e dentro de outras condições financeiras. (LE MOS, 1981, p. 14).

Através dessa explanação feita por Lemos (1981), conseguimos perceber a casa como um artefato ao longo de diferentes épocas e que ela vai assumindo significados diversos em cada contexto que é utilizada. É interessante perceber, como essa descrição faz um paralelo com o nosso próprio patrimônio histórico arquitetônico, tendo em geral a burguesia como seus primeiros habitantes nas décadas iniciais após a sua construção, e com o desenvolvimento urbano e aproximação da classe mais pobre dessas pessoas, muitas casas passaram a ser abandonadas e reabitadas por moradores de rua, e como final tem-se a degradação desse bem, seja pela falta de preservação ou demolições para novas construções, como ainda ocorre no Brasil.

3.1 A RELAÇÃO ENTRE A BIBLIOTECA E O PATRIMÔNIO

Para compreender as relações entre a biblioteca e o patrimônio é necessário voltar às noções sobre biblioteca do primeiro capítulo. Nesse contexto, trabalhamos a biblioteca a partir de três perspectivas, as quais foram, respectivamente: bibliotecas como espaço, bibliotecas como cultura e bibliotecas como memória. Entender essa relação é importante para formularmos também a perspectiva do modo bibliotecário sobre o tema, trazendo a visão da nossa área.

Primeiramente, vamos começar com o exemplo de uma casa construída no século XIX. Ela necessita de um espaço, e em geral, esse tipo de construção era feita em zonas outrora nobres da cidade ou em ambientes com grande presença de natureza, propriamente sítios, que a futuro acabaram se tornando bairros dentro da cidade. Para nosso exemplo, vamos supor que esta casa foi construída em um terreno que era utilizado como engenho de açúcar. Seus donos, abastados. Logo, construíram uma residência com todos os requintes e suntuosidades para a época, trazendo em si também a arquitetura que marca o período, usualmente o neo-colonial, eclético ou de *art nouveau*. O tempo se passa, os donos mudam, a função muda, a cidade cresce, os bairros se desenvolvem. Sua arquitetura? Continua presente, apesar de envelhecida. Sua memória continua lá, em algum lugar, se perdendo pouco a pouco, até que alguém a resgate. Bachelard (2008) nos dá uma visão bastante delicada sobre a casa, demonstrando a sua importância em nossa vida cotidiana:

[...] a casa é nosso canto do mundo. Ela é, como se diz freqüentemente, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo. Até a mais modesta habitação, vista intimamente, é bela. Os escritores de “aposentos simples” evocam com freqüência esse elemento da poética do espaço. [...] escritores [...] Caracterizam o aposento simples em sua atualidade, sem viver na verdade a sua primitividade, uma primitividade que pertence a todos, ricos e pobres, se aceitarem sonhar. (BACHELARD, 2008, p. 200).

Colocando a casa citada no primeiro exemplo em uma perspectiva de biblioteca, conseguimos perceber, que assim como a biblioteca congrega pessoas em seu espaço, e a importância que esse espaço tem para com os seus usuários, ao permitir que estes acessem diferentes tipos de informação, também a casa, como um patrimônio histórico cultural vivo, tendo a sua história continuidade mesmo quando ninguém a habita mais, o seu interior foi durante determinado período local de encontros entre pessoas, de histórias se desenvolvendo continuamente nos interiores entre suas paredes. Desse modo, a casa, assim como a biblioteca tem capacidade de transmitir também informação em seu espaço, porém, através da memória presente naquele local. Para corroborar com esse pensamento, Lemos (1981) nos diz:

Nada mais interessante que a análise das gravuras de Debret, por exemplo, representando interiores de casas cariocas. Dentre elas, todos documentos do maior interesse ao nosso assunto, destaca-se aquela denominada “interior de casa pobre”, onde podemos analisar, através de todo o equipamento ali desenhado, as superposições de funções da habitação. Ali vemos os instrumentos de trabalho de tecelagem rústica, a rede de dormir somente usada à noite e por isso suspensa por forquilhas altas, o pote de água, o fogão no chão, e uma grande série de detalhes construtivos que nos indicam o estreito inter-relacionamento entre os objetos, cada um no seu lugar certo e, também, entre os personagens e toda aquela parafernália de artefatos rústicos. Somente assim equipada e vivida é que a casa tem personalidade documental. (LEMOS, 1981, p. 16).

Nesse sentido, a memória presente na casa, está intrinsecamente ligada aos objetos que existem no seu interior, partindo de diferentes funções exercidas em tal contexto e a relação desses itens com as pessoas que vão e vem naquele ambiente. Ou seja, em sua função como expositora de um passado, a residência histórica necessita dessas interações com o seu contexto original, demonstrando a percepção e vivência de uma época.

Já em seu sentido de patrimônio histórico cultural, assim como a biblioteca proporciona encontros significativos com a cultura no seu local, através das muitas obras que apresentam e visões de diferentes tipos, por meio da interação entre públicos variados, as residências antigas, junto a outros tipos de patrimônios históricos, oferece um vislumbre de uma cultura de época, as relações que se revelam entre as pessoas daquela sociedade, além dos modos de vida que se constituíam em determinado tempo.

É fácil entender que de uma determinada condição ambiental, e não existem duas iguais no mundo, e de um determinado povo, seja misturado da maneira como for, como o nosso, só pode resultar *um* processo cultural cuja evolução sempre percorre diretrizes identificadas por uma linha mestra do saber predominante. Do saber as coisas, do saber fazer, do modo de pensar prevalente. É a definição cuja memória está justamente alinhavada ao longo de sucessivas transformações e evoluções havidas lentamente através dos tempos, devido tanto ao progresso tecnológico e seus meios de comunicação como ao aprimoramento intelectual e, também, aos facilitados contatos entre povos diferentes, estando nessa miscigenação o centro de maior interesse da compreensão do que seja Patrimônio Cultural de uma nação de populações algo diferenciadas como ocorre no Brasil. (LEMOS, 1981, p. 25-26).

Assim, levando-se em conta os apontamentos de Lemos, a respeito do processo cultural existente, é possível perceber que este evolui ao longo das décadas e das transformações sociais, sendo possível deixar suas marcas no patrimônio histórico cultural – em nosso caso, as residências antigas – onde se apresenta através de sua estrutura, o modo como era a arquitetura do período, os estilos predominantes, além do pensamento prevalente no meio social da época.

Voltando ao seu sentido de espaço, podemos fazer mais alguns paralelos com a biblioteca. Expandindo essa noção, conseguiríamos imaginar uma rua em um centro histórico antigo, como o corredor de uma biblioteca. Cada número de casa específico seria, representativamente, seu *cutter*, o que a individualizaria de outras casas na mesma rua. E a casa, propriamente dita, seria o livro, a ser desbravado, compreendido e disponibilizado pelo bibliotecário.

As páginas desse livro seriam os próprios cômodos da casa, cada um a seu modo e com sua individualidade. Porém estas individualidades estão intrinsecamente ligadas com os objetos, móveis e artefatos de época dispostos ao longo de seu ambiente, mantendo ali a expressão das pessoas que passaram e viveram naquele local e também a demonstração vívida de uma época histórica. Essa contextualidade espacial é, muitas vezes completamente rompida, quando o proprietário original morre, sendo dispersados os objetos e todo tipo de artigos pertencentes à casa em diferentes locais, como museus e casas de colecionadores, tirando assim a originalidade daquelas peças. Lemos (1981) expõe como este tipo de situação ocorre ao longo do tempo:

Ruas alargadas, quarteirões rasgados, vales ultrapassados por viadutos. Casas demolidas e refeitas; seus móveis carunchados são substituídos, o resto do equipamento doméstico trocado por novidades importadas e a papelada da família é queimada. Sempre o horror ao papel velho. Papéis de todo tipo, cartas de amor, escrituras, contratos, papéis impressos, papéis selados com muitos selos pretendendo garantir exatidões para todo o sempre. Assim, o sistema articulado de bens culturais dentro da cidade é permanentemente alterado. (LEMOS, 1981, p. 19).

Desse modo, percebemos a falha no olhar das pessoas que avaliam esse espaço posteriormente – muitas vezes por falta de preparo –, fazendo com que tomem decisões que acabam por prejudicar a contextualidade ambiental da casa.

Trazendo a perspectiva dessa concepção do espaço construído e suas inter-relações, podemos tratar independente cômodo a cômodo. Começamos falando sobre a sala, dentro do primeiro exemplo dado, sobre a residência construída no século XIX. O que a sala dessa casa demonstra para seu “leitor”? A sala, no espaço construído, representa a entrada do ambiente, o local que te recebe antes de qualquer outro. Mas quando se adentra nesse espaço, não se adentra apenas na casa, mas também no contexto familiar ali representado através dos móveis e estilos inseridos no ambiente. É a personalidade de quem ali mora, que se representa e recebe o seu visitante através dessa espacialidade.

Suponhamos que nesse ambiente haja um lustre central, com muitos braços, feitos em cristais, com espaços para colocação de velas e iluminação do ambiente. O lustre é datado do final do século XVIII e herdado de um familiar distante da Europa. Abaixo, no centro da sala, há uma pequena mesa de apoio, feita em madeira de carvalho e com tampo de mármore cinza, envolta nos seus arredores por poltronas acolchoadas e com estrutura do mesmo material, sendo todos os itens datados dos anos 1930. Abaixo de todos os móveis citados da sala há um tapete indiano confeccionado em meados de 1923. Nas paredes existem quadros de artistas famosos.

Todos os itens permitem, através da visualização, a percepção de uma história já constituída e consolidada no ambiente. É a história de quem ali residiu que se deixa mostrar através do ambiente construído e preenchido, mas também a concepção de mundo daquela família. Unindo-se a isso, podemos perceber também um traço pequeno da história do mundo. São as primeiras linhas do nosso livro-casa.

A sala é também o ambiente que abre espaço para as zonas de transição, que levam à espaços de maior intimidade da casa, os quais são corredores e escadarias. Os corredores são locais de passagem entre as diferentes memórias presentes no ambiente da casa. São eles que norteiam o visitante a entrar cada vez mais na mente da pessoa que a organizou. Já as escadas demonstram-se rígidas e imponentes, mas cada uma com sua beleza e representações singulares. Elas podem levar acima, aos locais mais íntimos da casa, ou para baixo, para os locais mais escondidos e silenciosos do ambiente.

[...] Na casa onírica, a topoanálise só sabe contar até três ou quatro. [...] De um até três ou quatro ficam as escadas. Todas diferentes. A escada que vai até o porão, *descemo-la* sempre. É a sua descida que fixamos em nossas lembranças, é a descida que caracteriza o seu onirismo. A escada que sobe ao quarto, nós a subimos ou a descemos. É uma via mais banal. É familiar. [...]

Enfim, a escada do sótão mais abrupta, mais gasta, nós a subimos sempre. Há o sinal de subida para a mais tranqüila solidão. (BACHELARD, 2008, p. 213-214).

Bachelard (2008) apresenta nessa passagem a significância das escadarias dentro de uma casa e para com as relações constituídas entre as pessoas e estes locais de transição existentes na casa, acrescentando-se o nosso contexto, num patrimônio histórico residencial. Podemos ir além no nosso exemplo de casa. Imaginemos a escadaria hipotética contendo vitrais coloridos ao longo de sua subida, incluídos na casa em reforma posterior à sua construção, trazendo a luz natural dos dias de outrora para dentro da casa. Ao caminhar nesse espaço podemos perceber a passagem do tempo na pintura gasta, fragmentos de memórias intrinsecamente unidas à estrutura da casa.

Ao fim da escadaria temos o primeiro quarto da casa. Grande e majestoso. É o quarto principal e a representação da patriarcalidade familiar. Os móveis e objetos fazem referência a essa posição familiar, tendo a cama sua estrutura construída em madeira escura. Todos os móveis nesse ambiente remetem a tons sóbrios e amarronzados, desde a escrivaninha, ao grande guarda-roupas. A escrivaninha é onde se guarda toda a sorte de documentos familiares, registros e mais registros. Pode-se pensá-la como um lugar de segredos e intimidade. É onde apenas os que ali viveram tiveram acesso. O quarto, de um modo geral, faz referência à noção de canto, aquele lugar no ambiente onde nos sentimos seguros, protegidos e em paz, sendo o lugar onde muitas das memórias de nossa vida são formadas.

Inicialmente, o canto é um refúgio que nos assegura um primeiro valor de ser: a imobilidade. Ele é a certeza local, o local próximo da minha imobilidade. O canto é uma espécie de meia-caixa, metade paredes, metade portas. [...] A imobilidade irradia-se. Um aposento imaginário se constrói em torno do nosso corpo que se acredita bem escondido quando nos refugiamos num canto. [...] Não há como dizer melhor que o canto é a casa do ser. (BACHELARD, 2008, p. 287).

Assim, o canto, em nosso exemplo, o quarto principal da casa, traz essa noção do que é íntimo, reservado. As sutilezas do ambiente em seu contexto histórico, ao ser observado e estudado, é fonte rica de memória que deve ser preservada.

Voltando nosso olhar ao corredor da casa exemplo, percebemos mais fragmentos de lembranças, em quadros de antepassados dispostos em sua parede e ao longo de sua extensão. Ao final desse corredor, poderíamos imaginar uma sala de jantar com uma grande mesa em madeira de carvalho no centro – como muitas casas antigas costumavam ter – e cadeiras dispostas no decorrer de sua extensão. As cadeiras, devidamente posicionadas nos lugares de costume daquela família, na qual o patriarca costumava sentar-se na posição principal da mesa

– fato esse que hoje podemos perceber também como uma representação do machismo estrutural, que vem sendo combatido através de muitas lutas.

Nos móveis posicionados no ambiente, poderíamos observar outros de interesse, como por exemplo uma cristaleira, tendo pertencido a uma das avós da família, e contendo dentro de si uma coleção de porcelana chinesa do século XVII. A representação que este item possui é muito interessante, partindo do olhar de Bachelard (2008), que indica que móveis como armários, escrivaninha, e cofres, são os norteadores da organização do ambiente, nos protegendo da desordem geral e mantendo o caráter intimista no lugar.

Os últimos ambientes que serão abordados enquanto locais de perspectivas distintas e interessantes, são o sótão e o porão. Ambos antagonistas um ao outro, sendo o primeiro o lugar mais alto da casa e o último, o lugar mais baixo. Os dois tem camadas e mais camadas psicológicas a serem observadas. No primeiro caso, o sótão, servia antigamente como local de guarda de objetos não mais utilizados e poderíamos a princípio pensar que tal local não ofereceria grandes conteúdos de interesse, mas é justamente no que é armazenado e guardado que podem ser encontradas boas relíquias do lugar, como diários e roupas antigas que revelam um pouco do fragmento psicológico de quem o habitou, além de uma diversidade de coisas. Já o porão é o local mais secreto e escuro da casa, onde muitas vezes os medos infantis se alimentam. O local era feito antigamente para manter uma boa ventilação dos andares térreo e superiores, além de preservar as fundações da mesma. É o local de base para a casa.

Para o porão também encontraremos, sem dúvida, utilidade. Nós o racionalizaremos enumerando suas comodidades. Mas ele é em primeiro lugar o ser *obsuro* da casa, o ser que participa das potências subterrâneas. [...] No porão seres mais lentos se agitam, menos apressados, mais misteriosos. No sótão, os medos se “racionalizam” facilmente. [...] No sótão, a experiência do dia pode sempre apagar os medos da noite. No porão há escuridão dia e noite. Mesmo com uma vela na mão, o homem vê as sombras dançarem na muralha negra do porão. (BACHELARD, 2008, p. 209).

Levando em conta tudo o que foi exposto sobre a casa e suas diversas relações, entre as pessoas e seus objetos, conseguimos perceber como a casa antiga, em sua espacialidade, memória e cultura, permite serem lidos diversos tipos de informações, através da visualização de seu espaço, onde tudo se interliga numa simbiose ambiental, permitindo-nos compreendermos muitas coisas sobre os que já passaram por aquele ambiente, através da condição memorialística dela.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, buscou-se entender, a partir da visão de diferentes autores, entender o potencial informacional do patrimônio cultural residencial, a partir de uma perspectiva bibliotecária, visto que, hoje em dia o patrimônio histórico é muito negligenciado no meio político e social, fazendo com que a taxa de perdas desses bens seja cada vez mais expressiva no decorrer do tempo, impondo um silenciamento de sua história. Além disso, é extremamente importante que o bibliotecário saiba como atuar nesse âmbito e possa trazer um olhar mais humanizado para este meio, visando a preservação da memória social e cultural dos centros históricos.

A presente pesquisa, no que se refere à metodologia, definiu-se como qualitativa e descritiva, por meio de análise bibliográfica, trabalhando assim apenas no campo teórico da temática. Para a compreensão da relação entre biblioteca e patrimônio histórico residencial, foi definido um objetivo, que é: 1) expandir a visão sobre o conceito de biblioteca e seus componentes, onde trabalhamos a biblioteca a partir de três perspectivas diferentes, sendo ela como espaço, cultura e memória; verificamos o conceito de patrimônio de um modo geral e diferenciamos os tipos tangível e intangível, e atingimos o objetivo da pesquisa ao trabalhar a residência antiga nas perspectivas espaciais, culturais e memorialísticas, assim como trabalhamos a biblioteca.

Desse modo, ao final de toda a análise teórica do caso, entendemos que, o patrimônio histórico residencial pode ser relacionado à biblioteca e trabalhado através da biblioteconomia a partir das relações que este patrimônio tem com o seu meio natural, ou seja, os artefatos que compõem o seu espaço e toda gama documental – certidões, cartas, fotos, matérias em jornais, objetos, etc. – que fazem parte do seu processo histórico, podendo assim ser analisados e disponibilizados por algum meio, pelo bibliotecário, sem descaracterizar a sua contextualidade ambiental.

Assim, essa pesquisa pode fomentar subsídios para futuros trabalhos com vistas à criação de catálogos dessas residências antigas através de plataformas digitais, trabalhando-as como objetos tridimensionais, e contendo informações importantes sobre sua arquitetura, as pessoas que a habitaram, seu período histórico, etc., além de documentos de interesse público, viabilizando assim o acesso da população aos bens culturais que possuem e muitas vezes não os conhecem.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Rosane Maria Nunes. Bibliotecas: lugar de memória e de preservação - o caso da Biblioteca Nacional do Brasil. **Patrimônio e memória**, São Paulo, v.4, n.2, p. 17-34, 2009. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/41>. Acesso em: 04 Set. 2022.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008. ISBN 85-33602-34-0.
- BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. Tradução João Vergílio Gallerani Cuter. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003. 239 p. Título original: *Library: na unquiet history*. Índice remissivo: p. 225-239. ISBN 85-7479-698-0.
- BARBIER, Frédéric. **História do livro**. São Paulo: Paulistana, 2008.
- BOLETIM da Biblioteconomia. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia/ Conselhos Regionais de Biblioteconomia – CFB/CRB. Ano 13, n. 78, 2021.
- BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, [s.n.], v. 42, n. 5, p. 351-360, jun.1991. Disponível em: [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199106\)42:5<351::AID-ASI5>3.0.CO;2-3](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199106)42:5<351::AID-ASI5>3.0.CO;2-3). Acesso em: 6 ma. 2021.
- BUCKLAND, M. What is a document? **Jasis**, v.48, n. 9, p.804-809, 1997. Disponível em: <http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/whatdoc.html>. Acesso em: 04 jun. 2018.
- CAMPBELL, James W. P.; PRYCE, Will. **A biblioteca: uma história mundial**. Tradução Thais Rocha. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016. 328 p. Título original: *The library: a world history*. Bibliografia: p. 321-323. Índice: p. 325-328. ISBN 978-85-7995-179-4.
- CANFORA, Luciano. **A biblioteca desaparecida: histórias da biblioteca de Alexandria**. Tradução Federico Carotti. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 195 p. Título original: *La biblioteca scomparsa*. Bibliografia: p. 181-190. Índice onomástico: p. 191-195. ISBN 85-7164-051-3.
- CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 1999. Título original: *L'Allegorie du patrimoine*. ISBN 978-972-44-1274-0.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012. 744 p. Bibliografia: p. 705-744. ISBN 978-85-86368-63-9.
- ECO, Humberto. **O nome da Rosa**. Tradução Aurora Fortoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. 9. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Record, 2016. 559 p. Título original: *Il nome della Rosa*. ISBN 978-85-01-08140-7.

FREITAS, Angelita Oliveira. A relação entre patrimônio cultural tangível e intangível na promoção do desenvolvimento. *In*: SEMANA UNIVERSITÁRIA, 11.; ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 10.; FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, 3.; MOSTRA DAS PROFISSÕES, 2016, Minas Gerais. **Anais [...]**. Minas Gerais: Centro Universitário Mineiro – UNIFEMES, 2016.

FLUSSER, Victor. Uma biblioteca verdadeiramente pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 9, n. 2, set. 1980. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/75955>. Acesso em: 25 de nov. 2022.

FROHMANN, Bernd. Revisiting “what is a document” ?. **Emerald Group Publishing Limited**, v. 65, n. 2, 2009. Disponível em: https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=X1CVv0YAAAAJ&citation_for_view=X1CVv0YAAAAJ:zYLM7Y9cAGgC. Acesso em: 15 de dez. 2022.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. 116 p. ISBN 85-86579-15-7.

LEMO, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico?**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

LAMIZET, B. **La médiation culturelle**. Paris: L'Harmattan, 1998.

MILANESI, Luis. **O que é biblioteca**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos, v. 94). ISBN 85-11-01094-7.

SCHWAB, Victoria. **A guardiã de histórias**. Tradução Daniel Estill. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. Título original: The archived. ISBN 978-85-286-2093-1 (recurso digital).